

À espera da retomada das obras de infraestrutura

Mercado de seguros se prepara para a demanda que surgirá para seguro garantia e outros produtos

6

ANSP se mantém como o braço intelectual do setor segurador

A Academia prepara rede social própria

4

Seguro D&O mantém ritmo acelerado de crescimento

Produto torna-se imprescindível para as empresas

5

Oportunidades na esteira da micromobilidade

Crescimento do uso de patinetes e novos meios de locomoção atrai as seguradoras

3

DO SEGURO D&O ÀS ATIVIDADES DA ACADEMIA: UMA EDIÇÃO QUE EVIDENCIA A CAPACIDADE DO SETOR DE EVOLUIR

Nesta edição, tratamos de segmentos da indústria seguradora que estão verdadeiramente sintonizados com as necessidades e demandas da sociedade brasileira.

Na página 3, temos uma amostra do senso de oportunidade das seguradoras, que estão encontrando um novo mercado nos caminhos abertos para a micromobilidade nas grandes cidades brasileiras. Patinetes, scooters e bicicletas elétricas, entre outros meios de locomoção, ganham cada vez mais espaços nas ruas congestionadas das metrópoles. O surgimento desses novos componentes do trânsito já provoca demandas por coberturas específicas.

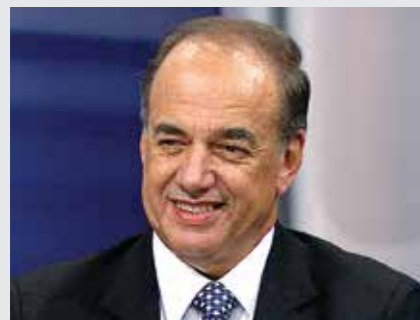
Na página 5, destacamos o crescimento do mercado de seguro D&O, na esteira de mudanças significativas ensejadas na legislação e pelos impactos de operações importantes, como a Lava-Jato, no mundo corporativo. A matéria mostra que o D&O, que desembarcou no país na década passada, já se tornou gênero de primeira necessidade no dia a dia dos executivos, tendo sido assimilado às culturas das grandes corporações e adquirindo o status de item básico de governança corporativa.

Na página 6, mostramos as expectativas do setor segurador em relação à retomada dos projetos de infraestrutura. Sem o incentivo do consumo e com

o Estado retraído como investidor, os investimentos em infraestrutura, com participação massiva do capital privado, deverão ter papel preponderante no estímulo ao crescimento econômico. Destaca-se nesse cenário o seguro-garantia, que surge como instrumento essencial na agenda do desenvolvimento do país. Mais uma vez, vemos o setor segurador atendendo ao chamado da sociedade e proporcionando soluções importantes.

Na página 4, mostramos as realizações da Academia Nacional de Seguros e Previdência (ANSP), mais conhecida simplesmente como Academia, e que tem uma participação muito importante nessa capacidade do segmento segurador de se reinventar e acompanhar as mudanças da sociedade. A Academia, que completou 25 anos no ano passado, é o braço intelectual do setor segurador, atuando de forma intensiva na produção de conhecimento. Consiste em um espaço institucional em que os diferentes segmentos da indústria são debatidos por especialistas, o que resulta em avanços. Como mostra a reportagem, a própria Academia se mantém sintonizada com o desenvolvimento tecnológico, com a produção de materiais na forma de e-book e planejando instituir uma rede social específica para seus membros.

Boa leitura!



“Mostramos as realizações da Academia Nacional de Seguros e Previdência (ANSP), mais conhecida simplesmente como Academia, e que tem uma participação muito importante nessa capacidade do segmento segurador de se reinventar e acompanhar as mudanças da sociedade. A Academia é o braço intelectual do setor segurador, atuando de forma intensiva na produção de conhecimento”

MAURO BATISTA
PRESIDENTE DO SINDSEG SP

EXPEDIENTE

Sindseg SP Notícias é uma publicação do Sindicato das Empresas de Seguros, Resseguros e Capitalização do Estado de São Paulo. **Presidente:** Mauro Batista. **Diretor executivo:** Fernando Simões. **Produção:** Néctar Comunicação Corporativa. **Jornalista responsável:** Eugênio Melloni (MTB 19.590). **Redação e edição:** Eugênio Melloni. **Fotos:** Divulgação

SINDSEG SP LEVA ADIANTE INICIATIVAS COM OBJETIVO DE DIFUNDIR A CULTURA DO SEGURO

O Sindseg SP deu andamento, em setembro, a duas iniciativas importantes com foco na disseminação da cultura do seguro. No início de outubro, o diretor executivo do Sindseg SP, Fernando Simões, que na ocasião representou o Presidente Mauro Batista, em viagem, acompanhado do presidente do Sincor-SP, Alexandre Camillo, do diretor do sindicato dos corretores, Marcio Pires, e do educador Sadao Mori, se reuniu com o secretário executivo da Educação do Estado de São Paulo, Haroldo Corrêa Rocha, para discutir a renovação do Projeto de Vida Segura. O projeto consiste em uma criativa forma de levar noções sobre planejamento financeiro e prevenção a jovens na faixa de 15 a 18 anos, valendo-se, para isso, de um aplicativo e de um game. Aplicado em 2017 pelos sindicatos na rede estadual de educação, o Projeto de Vida Segura foi levado a 4 mil alunos.

O Sindseg SP também deu prosseguimento ao Seguro em Todo o Estado, um projeto que também conta com a parceria do Sincor-SP em sua missão de difundir nas principais cidades do Estado a importância do mercado de seguros para o desenvolvimento do país e seu impacto positivo para a sociedade. Em 23 de setembro, foi a vez de Mogi das Cruzes receber o programa, que contou com uma palestra realizada pelo consultor de empresas Luiz Marins, que abordou o tema “Brasil de Oportunidades”. Mais de 180 convidados, entre empresários, advogados, profissionais de diferentes atividades e jornalistas da região, estiveram presentes. “Por se tratar de um serviço que não gera euforia na hora da compra, as vantagens do seguro acabam sendo pouco percebidas, mas na verdade ele é uma conquista de todos. Ele é um bem necessário”, enfatizou o presidente do Sindseg SP, Mauro Batista.



Ana Lucia Correa, da Mondiale, e Cláudia Lopes, da Generali: novo nicho nas ruas das grandes cidades

SEGURADORAS APOSTAM NA MICROMOBILIDADE

Aumento do uso de patinetes e monociclos cria oportunidade para novas coberturas de seguro

Até há pouco tempo exclusivamente associados aos momentos de lazer, os patinetes elétricos hoje desempenham a função de concorrente meio de transporte em bairros movimentados da capital paulista. Com tamanho compacto e demandando pouco esforço físico para seu uso, o patinete já é uma das principais alternativas de locomoção para trajetos curtos, driblando o trânsito engarrafado e o tempo perdido nas vias congestionadas.

Boa parte dos patinetes que circulam pela cidade está disponível para uso como veículo compartilhado em aplicativos. Mas o número de usuários que optam por comprar seus próprios equipamentos vem crescendo. E, com ele, aumenta a demanda por seguros para esses bens, assim como para monociclos e scooters, que também ganham espaços nas ruas como alternativas aos automóveis.

Entre as modalidades de seguro oferecidas no mercado para os veículos leves elétricos encontram-se coberturas contra roubos e furtos qualificados, danos

físicos causados ao veículo por terceiros, danos elétricos causados por problemas na hora da recarga, como oscilações de energia, danos causados pelo transporte do veículo por via terrestre, marítima ou aérea e acidentes pessoais causados ao usuário do veículo segurado.

“O patinete está deixando de ser um modal de lazer para se tornar um modal de mobilidade. Por isso notamos um aumento da percepção da importância do seguro. Alguns clientes só compram o produto se existe a opção de seguro e pesquisam as coberturas antes de adquirir o veículo. Lojistas, importadores e distribuidores também procuram a seguradora para que o cliente saia da loja com o produto segurado”, afirma Ana Lucia Correa, uma das proprietárias da Mondiale.

Comercializando seguros neste nicho desde outubro de 2018, a Mondiale registrou, neste período, um crescimento de 700% na contratação de seguros para esses meios de transporte. Atualmente, a companhia comercializa en-

tre 60 e 80 contratos do tipo por mês. A maior parte (60%) é para a cobertura de patinetes, seguidos por monociclos elétricos (35%) e scooters (5%). Do total dos seguros comercializados, 52% estão localizados no Estado de São Paulo.

Subsidiária do Grupo Generali, a Generali Brasil Seguros também oferece, desde junho de 2019, um seguro de mobilidade voltado para bicicletas e patinetes elétricos e manuais. O Brasil foi o segundo país em que a seguradora atua a receber esse seguro, precedido pela Itália.

Além do usuário que escolhe ter seu próprio veículo, as seguradoras se preparam para atrair empresas que oferecem serviços de compartilhamento de patinetes e bicicletas elétricas em cidades brasileiras. “Esse novo produto abrirá as portas de nossa filial no Brasil para novas parcerias com grandes empresas que se dedicam à mobilidade urbana e pensam em melhorar a qualidade e o transporte dos usuários”, diz Claudia Lopes, diretora de Canais Massificados da Generali Brasil Seguros.

ANSP: 25 ANOS DISCUTINDO O SETOR

Considerado o braço intelectual da indústria seguradora, a Academia atua na promoção do debate e na produção de conhecimento

Para quem não é da indústria seguradora, os membros da Academia Nacional de Seguros e Previdência (ANSP) já estão acostumados a explicar: a Academia, como é mais conhecida no setor, não é uma instituição de ensino; tampouco é o tipo de organização em que as pessoas se reúnem para conversar e tomar chá. “A ANSP é o braço intelectual do seguro nacional”, explica o presidente do Sindseg SP, Mauro Batista, que atualmente preside o Conselho Superior da instituição e acumula uma longa militância em prol de seu desenvolvimento.

A Academia completou 25 anos no ano passado exercendo, a pleno vapor, a sua função de produzir e divulgar conhecimento para o setor. “A ANSP congrega aqueles que entendemos como pensadores de seguros, que se unem para contribuir para o desenvolvimento do setor”, explica Batista, destacando que os grandes pilares dessa atuação são a sua independência e a sua transparência.

Há três anos à frente da ANSP, o atual presidente, João Marcelo dos Santos, destaca que a atividade da Academia vem crescendo, acompanhando o ritmo das necessidades do setor. Um termômetro disso é a frequência de interessados nas sessões do Café com Seguros, evento já consagrado que envolve uma palestra sobre um tema de interesse que toma toda a manhã. O formato tem o objetivo de permitir que as discussões se alonguem, proporcionando maior aprofundamento nos debates. “Temos conseguido trazer discussões importantes para o Café com Seguros. Temos esgotado, com frequência, a capacidade do auditório do Sindseg SP, onde o evento se realiza”, afirma Santos.

As “catedras” da Academia também se mantêm em franca atividade. No período de janeiro de 2017 a setembro de 2019 foram realizadas 97 reuniões de cátedras. As cátedras são as “células” que



Batista: A Academia é de grande valia para o desenvolvimento institucional do setor

compõem a ANSP, cada uma dedicada a um assunto ou a um segmento do setor segurador. “Quando o profissional passa a integrar a Academia, ele tem de se filiar a uma ‘cátedra’, que servirá de ambiente para as discussões e troca de informações. Com essa característica, as cátedras reúnem pessoas altamente especializadas, com domínio absoluto do assunto”, explica Batista.

As discussões com frequência se materializam na forma de publicações, de forma a permitir a disseminação do conhecimento. Recentemente, a divulgação entrou na era digital, com o lançamento do primeiro e-book, intitulado “Seguros em Artigos de Acadêmicos”. O e-book reuniu o trabalho de 38 autores sobre os mais diversos assuntos. As discussões nas cátedras também são a origem dos Café com Seguros, que proporcionam o debate de temas de grande interesse, como Seguro de Vida Individual e Lei de Proteção de Dados. “O resultado final disso tudo é que o mercado de seguros ganha consistência”, afirma Santos.

CONVÊNIOS

Outra frente para ampliar a produção e divulgação de conhecimento tem sido os convênios firmados entre a Academia e outras instituições. “Fizemos convênios

com a Fipecafi, Funenseg, Universidade Mackenzie e estamos discutindo agora uma parceria com Escuela de Seguros do Chile, que é uma espécie de Funenseg chilena”, informa Santos. Por meio dos convênios, os acadêmicos são chamados para darem aulas ou palestras sobre temas específicos. O presidente da ANSP cita, por exemplo, palestras realizadas por acadêmicos em uma recepção que a Universidade Mackenzie fez para os alunos. Os convênios também permitem aos acadêmicos e seus dependentes desfrutar de descontos nas instituições parceiras.

Entre os desafios da Academia, segundo Santos, está agilizar a comunicação da entidade. “Estamos com um projeto que é interligar os acadêmicos por meio de uma rede digital exclusiva. Será uma espécie de LinkedIn para os acadêmicos”, prevê Santos. Segundo ele, a rede de networking exclusiva deverá contribuir para uma troca mais eficiente de informações entre eles.

“A Academia é de grande valia para o desenvolvimento institucional do setor de seguros”, afirma Mauro Batista. Ele considera, contudo, que a ANSP ainda não conta com o devido reconhecimento das principais lideranças do setor segurador. “A Academia precisa ser mais demandada”, acrescenta.

SEGURO D&O MANTÉM RITMO DE CRESCIMENTO ACELERADO EM 2019

Produto transformou-se em gênero de primeira necessidade no cotidiano das empresas, em um cenário de grandes transformações e turbulência política



GUSTAVO GALVÃO
COORDENADOR DA SUBCOMISSÃO
DE LINHAS FINANCEIRAS DA FENSEG

Desde a sua chegada ao Brasil no final da década passada, o seguro D&O (Directors and Officers Liability Insurance) tem apresentado trajetória de crescimento consistente. As transformações da legislação no Brasil, com destaque para a Lei Anticorrupção, de 2013, o impacto causado no mundo corporativo pela Operação Lava-Jato e a busca por aprimoramento da governança corporativa das grandes companhias tem mantido aquecida a demanda por esse seguro, desenhado para dar cobertura para os gestores – conselheiros, diretores, gerentes e superintendentes –, que, ao exercerem o poder de decisão, podem estar expostos a reclamações, processos ou investigações.

De acordo com dados da SUSEP, este segmento apresentou crescimento real de 5,3% em 2018, para um montante em prêmios de R\$ 442,53 milhões. No ano anterior, a venda de seguros de D&O já havia exibido uma expansão acima da inflação de 4,72%. Neste ano, os prêmios obtidos com a comercialização deste produto apresentaram um crescimento real de 19,1%, somando R\$ 312,1 milhões no período.

Os dados alentadores dos prêmios estão, contudo, relacionados com o desafio que as seguradoras que atuam nesse mercado enfrentam: a elevada sinistralidade. Em 2017, a sinistralidade era de 61% - um patamar bastante acima da média dos últimos 10 anos, que era de 36%, segundo dados da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg). Em 2018, a sinistralidade passou para 85%, elevando a média para 10 anos a 44%. “Em 2019, a sinistralidade chegou a 107%. Ou seja, para cada R\$ 1,00 de prêmio de seguro, as seguradoras pagam R\$ 1,07 de indenizações de sinistro”, explicou Gustavo Galvão, coordenador da Subcomissão de Linhas Financeiras da FenSeg.

Galvão explica que grande parte da sinistralidade resulta das ações de classes americanas, as class actions, movidas contra companhias brasileiras com ADRs na Bolsa de Nova York. Foram alvos dessas ações companhias como Petrobras e Eletrobras. “Um dos grandes drives para o aumento da sinistralidade são ações contra executivos de empresas brasileiras nos Estados Unidos. Alguns outros drives importantes são os aumentos dos custos de pagamentos a indenizados por conta de processos tributários e também honorários advocatícios em processos criminais”, ex-

plicou o coordenador da FenSeg. “Todas as empresas que têm esse tipo de exposição sofreram aumentos de taxa ou alguma mudança nas condições em relação a franquia ou qualquer outro tipo de tratamento para esse tipo de risco”, confirmou Fernando Gonçalves, Head Financial Lines & Surety da Argo Seguros.

Há, também, oferecendo suporte para esses números, segundo Galvão, uma contribuição significativa de sinistros relacionados com processos de recuperação judicial, que cresceram muito por conta da crise econômica vivenciada pelo país. Outro fator que influiu para o crescimento da sinistralidade foram processos tributários, que também apresentaram aumento expressivo no período de crise.

Entre os executivos que atuam neste segmento, as expectativas são de que a sinistralidade deverá continuar em níveis elevados, refletindo sinistros recentes. Também é esperado um crescimento substancial para o mercado, que deverá superar a média registrada nos últimos anos, de 19%.

Neste cenário, o seguro D&O já conquistou status de produto de primeira necessidade no dia a dia das decisões das grandes corporações. “Certamente, em virtude da alta sinistralidade observada no mercado de D&O no Brasil, hoje em dia dificilmente um executivo aceitará uma proposta de emprego sem condicionar a cobertura desse tipo de seguro”, explicou Galvão. Ele acrescenta que “cada vez mais o seguro D&O é reconhecido como mais uma boa prática de governança corporativa que agrega valor às empresas”.

“Nas grandes corporações, quase todas contratam e tem o D&O como cultura e item de governança corporativa”, assentiu Gonçalves. “O desafio para o mercado é fazer o produto virar uma realidade para pequenas e médias”, acrescentou, indicando a direção para a qual está apontada a estratégia da Argo para expandir as vendas desse produto. “Temos algo entre 5 milhões a 6 milhões de empresas limitadas no Brasil. Uma fração pequena delas contrata. Miramos esse mercado”, disse o executivo.

Nessa estratégia, a Argo espera contar com o apoio da tecnologia para ampliar a distribuição. “A Argo tem um DNA muito forte em tecnologia. Temos desenvolvido soluções para que possamos distribuir também o D&O por nossas ferramentas, com o objetivo de atingir as empresas de pequeno e médio porte”, disse Gonçalves.

MERCADO ATENTO À NOVA LEI DAS LICITAÇÕES

A tão esperada retomada das grandes obras deverá provocar crescimento significativo da demanda por vários produtos. O seguro garantia, que estará entre os mais demandados, passa por importantes mudanças no Congresso



Fábio Silva: Seguro garantia tem papel fundamental no desenvolvimento

As discussões no Congresso em torno da nova Lei das Licitações (projeto de lei 6.814/2017, apensado ao projeto de lei 1.292/95) mantêm o setor segurador em suspense. Estão em jogo mudanças de regras que poderão ampliar significativamente a importância do seguro garantia, que garante o cumprimento das obrigações assumidas por empresas em licitações e contratos, na viabilização de grandes projetos de infraestrutura. A depender do formato final com o qual o projeto sairá aprovado após longa passagem pelo Congresso Nacional, há cálculos indicando que os prêmios obtidos com o seguro garantia poderão atingir o patamar de R\$ 1 bilhão em um prazo de cinco anos, quase quadruplicando o montante registrado em 2018. Mas ainda há indefinições importantes, que causam preocupação ao setor segurador.

Introduzido no Brasil em 1967, quase oitenta anos depois de ter sido desenvolvido nos Estados Unidos, o seguro garantia sempre enfrentou limitações em seu uso, em se tratando de licitações públicas. Nem mesmo a Lei de Licitações (Lei 8.666/93), que disciplinou a contratação de obras e serviços no formato adotado até hoje, fez com que o seguro garantia tivesse ampliada sua importância como instrumento de garantia de finalização e entrega das obras contratadas.

O projeto de lei 6.814/17 traz um up grade importante nesse sentido. “O texto prevê alterações na Lei de Licitações, com a adoção de seguro garantia obrigatório para obras acima de R\$ 100 milhões, e ampliação da garantia para 30% do valor do empreendimento”, explica o presidente da Comissão de Riscos de Engenharia da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg), Fábio Silva. A expectativa

é de que, com esse recurso, se evitem ou sejam reduzidos os casos de projetos que foram paralisados devido a problemas financeiros ou de outra ordem.

A maior participação do seguro-garantia nos grandes empreendimentos de infraestrutura tem uma importância estratégica significativa, diante do momento vivido pelo país. Há um consenso, entre os economistas, de que a retomada do crescimento econômico dependerá fundamentalmente dos investimentos privados. O consumo, que foi a mola propulsora da economia nos governos anteriores, encontra-se retraído, em uma conjuntura econômica marcada por um nível de desemprego elevado e pela redução da renda. Além disso, em meio aos esforços visando o equilíbrio fiscal, os governos federal e estaduais reduziram substancialmente os seus aportes.

Ao mesmo tempo, há um estoque

significativo de projetos paralisados ou no pipeline em todos os segmentos da infraestrutura, espalhados por todo o país. Segundo a FenSeg, existem mais de 2.500 obras paralisadas no Brasil, sendo pouco mais de 500 em infraestrutura, que já absorveram cerca de R\$ 11 bilhões em investimentos. Citando informações do Ministério do Planejamento, a FenSeg informa que a maior parte das paralisações acontece por problemas técnicos, abandono da obra pelas empresas responsáveis e dificuldades financeiras.

O seguro garantia teria aplicação tanto nos programas de privatizações que serão adotados pelo governo Bolsonaro e por alguns Estados, como também em licitações de projetos a serem implementados em setores estratégicos, tais como saneamento básico, tecnologia, mobilidade urbana, transportes, geração de energia e telecomunicações, entre outros.

“O seguro garantia tem papel fundamental na agenda de desenvolvimento: é o único caminho que possibilita a retomada e a conclusão de obras de grande vulto por parte do agente garantidor”, afirmou Silva. “O segmento de Seguros Gerais acredita que será peça-chave para melhorar a qualidade, a transparência e a execução de projetos governamentais”, concluiu.

O projeto da nova Lei das Licitações já teve o seu texto-base aprovado em junho último na Câmara dos Deputados, que discutia, no início de outubro, emendas apensadas ao texto original. Depois disso, deverá ir ao plenário da Casa e, uma vez aprovado, seguirá para o Senado. A expectativa é a de que o projeto seja aprovado ainda nesse ano.

“A expectativa é a de que isso seja retomado no último trimestre e que 2020 seja um ano de forte retomada, por meio de um misto de capital privado e recursos públicos”, previu o CEO e presidente da Argos, Newton Queiros, referindo-se ao estoque de obras paralisadas.

Ele destacou, contudo, que há uma questão que determinará o grau de adesão do setor às novas regras: a definição de quem se responsabilizará por dar sequência à obra, se houver o default da empresa que venceu a licitação. “Se discute se a seguradora vai ser obrigada ou não a terminar a obra. A gente quer participar, mas depende muito de como as regras vão sair. Somos uma empresa especializada de médio porte. Se o governo exigir que tenhamos de terminar uma obra que fique em default, esse não



Newton Queiros: Expectativa de retomada no último trimestre do ano

é o nosso negócio do dia a dia”, afirmou o presidente da Argos. Segundo ele, com as novas regras, o risco muda e seria necessário rever toda a precificação. “Só que o risco aumenta tanto que acredito que algumas seguradoras poderão não participar mais”, acrescentou.

As seguradoras se juntaram para apresentar as dificuldades que a medida representaria para a indústria seguradora. “O ideal seria estudar alguns modelos que existem fora que poderiam viabilizar a contratação”, acrescentou. Queiros mencionou como exemplo um modelo adotado em alguns Estados norte-americanos, que envolve um acordo com o segundo colocado na licitação, que assumiria o projeto no caso do default do vencedor da disputa. Nesse caso, passariam a valer os lances dados pelo segundo colocado no certame. “A questão seria, no caso de uma definição dessa regra para o Brasil, se haveria construtoras suficientes com slots abertos para atender uma possível segunda demanda”, afirmou.

OUTROS PRODUTOS

O seguro garantia é apenas um dos produtos da indústria seguradora brasileira que deverão ser beneficiados pela retomada das obras de infraestrutura. O leque de carteiras é amplo: Riscos de Engenharia, Riscos Diversos – Equipamentos, D&O, Transportes, Riscos Cibernéticos e Responsabilidade Civil Empregador (Engenheiros e Arquitetos), segundo a FenSeg.

No caso da Argos Seguros, as expectativas também são bastante positivas em relação a diferentes segmentos em que a companhia atua. No caso de seguro de riscos de engenharia, por exemplo, as apostas da empresa são depositadas em projetos de pequeno e médio porte, para os quais a seguradora acredita contar com uma abordagem mais adequada. Newton Queiros explica que, no caso das grandes obras, os seguros são negocia-

dos no Brasil e no exterior, com resseguradores, “o que resulta em apólices muito mais sofisticadas, que atendem toda a necessidade do cliente, do governo”. Quando se trata de obras médias, diz ele, observa-se com frequência uma demanda, entre os clientes, por produtos feitos mais sob medida para eles.

“Nós acreditamos muito nesse segmento de pequeno e médio, com produtos diferenciados não somente em relação a preços, mas também considerando coberturas, facilidade de contratação e uma análise diferenciada desse cliente”, diz o CEO da Argos. Ele diz que o mercado segurador tem dificuldade em estabelecer abordagens diferenciadas para esse nicho. “Não se pode fazer para quem quer construir um prédio as mesmas perguntas que são feitas para quem quer construir uma ponte”, disse ele.

A Argos está preparada também para aproveitar o crescimento da demanda por seguros de responsabilidade civil (RC) para construção civil associado a uma retomada dos projetos de infraestrutura. “Estamos investindo nessa parte, contratando pessoas, trazendo produtos muito focados”, diz Queiros. Ele lembra que a seguradora tem forte atuação nos Estados Unidos na comercialização de RC para indústria de construção – RC para obras e RC profissional para os engenheiros e arquitetos.

Outra área em que é esperado um aquecimento das vendas é a de seguro para transporte. “Deverá haver uma necessidade grande de matéria-prima, tanto nacional quanto importação. Somos líderes de mercado nessa carteira”, diz Queiros. Ele prevê que os projetos de infraestrutura exigirão contratações rápidas e simplificadas de seguros envolvendo importações. “Nosso diferencial é nosso foco no gerenciamento de risco e evitar sinistros. Qualquer atraso na obra pode gerar complicações”, disse ele.

AS NOVAS FRONTEIRAS DOS SEGUROS DE RC

Desde a segunda metade do século 20 o seguro de responsabilidade civil ganhou protagonismo e se transformou num dos principais produtos do setor. Na década de 1970, as proteções para responsabilidade civil decorrente de danos a terceiros causados por produtos se tornaram essenciais e, por conta das condenações da Justiça americana, acabaram se tornando caras e raras quando destinadas a cobrir riscos naquele país.

Um caso exemplar da atuação da Justiça norte-americana no período aconteceu no começo dos anos 1980, quando um juiz condenou um grande fabricante de refrigeradores e sua seguradora a pagarem uma indenização de alguns milhões de dólares para um cidadão que apostou com outro que correria $\frac{1}{4}$ de milha com uma geladeira amarrada às costas. No meio do percurso ele caiu e a geladeira lhe quebrou duas costelas. A condenação partiu da premissa de que o fabricante de refrigeradores deveria ter psicólogos que estudassem o comportamento dos americanos e que os psicólogos deveriam saber que um cidadão era capaz de apostar com outro que correria $\frac{1}{4}$ de milha com uma geladeira nas costas e que, conseqüentemente, a geladeira deveria ter as bordas arredondadas de forma a não machucar se ele caísse. Quanto a seguradora, ela deveria acompanhar a sorte de seu segurado.

Ao longo dos anos, os seguros de responsabilidade civil foram ganhando corpo no mundo inteiro e, atualmente, algumas das apólices mais importantes, pela complexidade, coberturas e valores, são emitidas nesta carteira.

O Brasil não ficou fora da onda. Os seguros de responsabilidade civil vêm ocupando espaço cada vez maior no cenário nacional. Das garantias clássicas incluídas nos seguros de Responsabilidade Civil Estabelecimento Comerciais e/ou Industriais, o mercado evoluiu para apólices com coberturas para obras, instalações e montagens, garantias profis-

“As novas relações de trabalho, as novas tecnologias de produção, a inteligência artificial, as novas responsabilidades profissionais aumentam a complexidade dos riscos e desafiam a capacidade das seguradoras”

ANTONIO PENTEADO MENDONÇA



sionais, seguros ambientais, vazamentos de petróleo etc.

Garantias que eram originalmente extremamente restritas foram sendo ampliadas, até chegarem nos dias de hoje, onde algumas apólices acompanham as condenações de seus segurados, sem se importarem com a responsabilidade subjetiva ou objetiva do causador do dano.

Cada vez mais, a indenização com base na responsabilidade objetiva se impõe como uma exigência da sociedade. Seja por disposição legal, seja por interpretação judicial, a culpa está perdendo muito de sua importância para a determinação da responsabilidade de indenizar.

É assim que atos da natureza, anteriormente excluídos das apólices, geram a obrigação de indenizar, quando o dano tem origem ou acontece em local, bem ou obrigação do segurado. Um bom exemplo seria a abertura de uma barragem para a água excedente vazar e não ameaçar a segurança da represa. No pas-

sado, o risco era excluído; atualmente, os danos causados a terceiros pela água vertida em excesso terá cobertura na apólice da responsabilidade civil.

Na mesma linha, os seguros para veículos compartilhados devem ampliar seus parâmetros de cobertura, da mesma forma que os seguros de responsabilidade civil para veículos autônomos devem trabalhar em cima de bases inéditas nos dias de hoje. As duas garantias precisam ser mais amplas do que as oferecidas pelos seguros tradicionais, sob o risco de não atenderem seus objetivos de proteção.

As novas relações de trabalho, as novas tecnologias de produção, a inteligência artificial, as novas responsabilidades profissionais aumentam a complexidade dos riscos e desafiam a capacidade das seguradoras responderem com a velocidade necessária.

É uma corrida de cem metros rasos que recomeça indefinidamente e da qual as seguradoras são participantes obrigatórias.